

# TV Brasil, rede pública e universalidade de acesso

Ivonete da Silva Lopes<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG

**Resumo:** No projeto de construção da rede nacional de comunicação pública sob a liderança da TV Brasil, a estrutura para levar a programação a todo o território nacional não foi priorizada. A rede foi deixada para ser construída posteriormente, a partir da afiliação voluntária das TVs Educativas. Esse contexto é analisado no presente artigo, que traz reflexões sobre as estratégias utilizadas pela TV Brasil para ampliar a cobertura geográfica. Aponta que a emissora aproxima-se de sua primeira década, em 2017, e a universalidade de acesso à programação continua sendo um dos entraves para a consolidação da rede pública.

**Palavras-chave:** Televisão pública; TV Brasil; Universalidade de acesso.

## Introdução

A universalidade é um dos princípios do serviço público. Característica considerada imprescindível, como destaca Antonio Pasquali (1991, p. 155): “Toda radiodifusão pública é por definição de alcance nacional. Ela presta exatamente o mesmo serviço a todos [...], garantindo ao morador da capital e ao habitante mais distante geograficamente que recebam os mesmos programas e nas mesmas condições”.

Esse aspecto constitutivo da radiodifusão pública não foi observado no projeto de implantação da rede nacional de televisão pública pelo governo federal em 2007. Apesar das dificuldades encontradas pela TV Brasil para estruturar sua rede, esse não é um problema recente. Em diferentes fases, o país tem encontrado entraves para organizar uma rede de televisão pública.

A ênfase deste artigo é a discussão das regras e estratégias que vêm sendo adotadas pela Empresa Brasil de Comunicação para garantir aos brasileiros a universalidade do sinal da TV Brasil. A opção tem sido pela construção da estrutura “em rede” baseada nas afiliações das TVs Educativas e com algumas emissoras próprias: Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo, além da sede em Brasília.

## Rede pública

Em épocas distintas as TVs públicas tentaram trabalhar de forma integrada com uma proposta que valorizasse a troca de conteúdos entre as afiliadas por meio da operação em rede. Contudo, é questionável se já houve no Brasil uma rede pública de abrangência nacional nos moldes da universalidade geográfica propiciada pelos grandes conglomerados de comunicação. A construção da rede nacional de televisão pública tem sido um problema de difícil equação. Algumas experiências foram registradas no país; entretanto, até hoje não se pode afirmar que houve êxito em qualquer uma delas.

O primeiro ensaio para formação

da rede ocorreu em 1978. Buscou-se a criação de uma rede de transmissão de programas educativos, em um encontro promovido pela iniciativa da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e do Programa Nacional de Teleducação (Prontel). “A tentativa não vingou, servindo apenas para a formação de uma ‘redinha’ para a transmissão de jogos da Copa do Mundo de 1978, na Argentina, em virtude da TV Cultura de São Paulo deter os direitos para aquela transmissão” (FRADKIN, 2008, p. 57).

No ano seguinte, com a substituição do Prontel pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), finalmente se conseguiu organizar as emissoras no Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinted). A regulamentação veio apenas em 1982, por meio da portaria MEC/Minicom nº 162. O intuito, naquela época, era fazer com que todas as emissoras educativas trabalhassem integradas, com a veiculação de programas umas das outras, sugestão para que tivessem uma postura diferente em relação às emissoras comerciais, que primordialmente retransmitiam em todo o país programas das cabeças-de-rede do eixo Rio-São Paulo.

O quadro acima apontado é um paradoxo. Por que o governo civil-militar, que controlava rigorosamente as comunicações, não impôs uma rede educativa? Para Suzy dos Santos (2004, p. 126), a construção da rede teve no Estado o seu maior complicador: “A infraestrutura de telecomunicações possibilitou tecnicamente a constituição destas redes, mas, como dependiam do Estado, esses canais estiveram sempre submetidos às injunções políticas e econômicas dos poderes onde estavam localizados”. Cabe acrescentar ao argumento da autora que por contar com apoio das redes comerciais para manter a coesão em torno do regime vigente, os militares não viram necessidade de estabelecer emissoras educativas em vários locais do país e muito menos em investir na formação de uma rede.

Depois de duas tentativas de formação de rede no período ditatorial, na fase democrática, um outro ensaio surge a partir da criação da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), em 1998. A entidade reunia 20 emissoras educativas que compartilhavam o ideal de valorização da cultura local e regional, porém esbarravam na escassez de recursos para produção de conteúdo. Situação que acabou refletindo na verticalização da produção, conforme demonstra o levantamento realizado pela Abepec, revelando que: “40% das [...] associadas ocupam entre 80% e 90% de sua grade com material gerado pela TV Cultura e pela extinta TVE-RJ. A produção própria ocupa em média 23% do tempo da grade, variando de 4,3% no caso da TVE de Alagoas a 44% na TVE do Paraná” (VALENTE, 2009, p. 285). Diante desse quadro, os gestores das emissoras viam a consolidação da rede pública como uma estratégia de sobrevivência, especialmente por contribuir com a diversificação da programação. Contudo, o interesse compartilhado entre os associados da Abepec de promover conteúdo mais diverso e menos verticalizado foi insuficiente para motivar a consolidação da rede. De acordo com Lobato (2006, p. 13):

“Um dos motivos é que a TVE Brasil [TV Educativa do Rio de Janeiro] e TV Cultura disputam o status de cabeça de rede. A primeira - TVE Rede Brasil - sempre buscou preservar seu papel integrador, pois é originalmente ligada ao governo federal, e tinha, através do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred), a missão de liderar as emissoras educativas. A TV Cultura, entretanto, destacava-se pelo nível superior da programação e da produção própria.”

A proposta de descentralização ou intercâmbio da programação não obteve

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como docente no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: ivonetesilvalopes@gmail.com

muito sucesso e resultou em duas redes de Televisão Educativa: a TV Cultura de São Paulo - mantida pela Fundação Padre Anchieta, entidade ligada ao governo daquele Estado - e a TV Educativa do Rio de Janeiro - mantida pela Fundação Riquete Pinto (antiga Funtevê) e vinculada ao Governo Federal. As duas emissoras sempre percorreram caminhos paralelos para atingir a preferência, ou seja, buscavam maior número de afiliadas, entre as televisões educativas do país. “Foi assim que, nos últimos 15 anos, formaram as suas próprias redes, abastecendo com a sua programação as estações congêneres de todos os estados” (PRIOLLI, 1999)<sup>2</sup>.

Com duas redes educativas, as demais emissoras tinham que optar por retransmitir a programação de uma delas; mas a existência de duas ou mais redes públicas de televisão não seria, de fato, um problema maior se conseguissem levar programação a todo o território nacional. A dificuldade reside no fato de nenhuma delas ter uma ampla cobertura nacional porque nunca fizeram investimento em retransmissores para o sinal cobrir todo o território; contavam com as emissoras educativas locais para estruturar a rede e tal medida enfraqueceu a organização nacionalmente. A TV Cultura, mantida pela Fundação Padre Anchieta, vinculada ao governo estadual de São Paulo, é a mais antiga emissora pública operando em rede<sup>3</sup>. Está presente em 21 Estados e no Distrito Federal e seu sinal alcança cerca de 1,5 mil municípios, totalizando 93,2 milhões de brasileiros<sup>4</sup>.

É relevante mencionar que desde 2008 a emissora paulista está cobrando pela cessão de conteúdo. O valor é o equivalente a 3% do orçamento e/ou faturamento da afiliada. Segundo o presidente da Abepec na época, Antônio Achilis, a medida reduziu em 38% os contratos de afiliação<sup>5</sup>. O novo modelo de relacionamento da TV Cultura com suas afiliadas é bastante controverso, afinal a emissora precisa das TVs locais para ampliar sua cobertura e a taxação inevitavelmente causou a desvinculação de algumas estações. Tal decisão por parte da direção apenas evidencia as crises pelas quais vem passando a TV Cultura, com o sucateamento de sua estrutura, extinção de programas e constantes demissões dos seus profissionais. Contribui para ilustrar a terceirização perceptível da grade o fato que desde 2012 o jornal Folha de São Paulo veicula o programa TV Folha, exibido aos domingos, às 20 horas, e com duração de 30 minutos.

A cobrança pela TV Cultura não resultou em uma migração substancial dessas emissoras para a TV Brasil, entretanto

pode ter colaborado para a expansão do Canal Futura - mantida pela Fundação Roberto Marinho/Organizações Globo. Inicialmente disponível apenas na televisão por assinatura, nos últimos anos vem ampliando a sua rede pelo sinal aberto através das TVs Educativas, a exemplo do que ocorre no Rio Grande do Sul onde, das seis emissoras educativas, três estão vinculadas ao Futura. Parte das concessões educativas, além de atuarem com o desvio de função com uso comercial, político ou religioso, aproveitam da ausência de regras para criar suas próprias redes a partir da estrutura das educativas. É nesse cenário marcado pela debilidade da legislação, ausência de controle social em que os concessionários constituem as próprias regras que a TV Brasil busca consolidar a rede nacional de comunicação pública.

### A estrutura da rede liderada pela TV Brasil

“O que ele [presidente Lula] não podia resolver era o problema do espectro lotado. Talvez não lhe tenham contado antes que seria praticamente impossível, no sistema analógico, prover a TV Pública de uma rede de canais que cobrisse todo o país [...] O ideal, em condições normais, seria estruturarmos a EBC, planejar a nova televisão e só depois dar início à sua implantação (CRUVINEL, 2011, p. 51-52).”

A citação acima, retirada do livro “EBC: 4 anos de um ideal democrático”, de autoria da ex-presidente da EBC, Tereza Cruvinel (2007-2011), demonstra o emblemático contexto da implantação da TV Brasil no seu aspecto mais básico, a estrutura física para garantir a nacionalização. Como que um governo depois de cinco anos não tem conhecimento das condições técnicas para criar a emissora? Trazer à tona esta informação serve para lembrar que houve tempo considerável para o amadurecimento do projeto da constituição da comunicação pública. A TV Brasil quando foi ao ar estava disponível no canal aberto apenas no Rio de Janeiro, Brasília e Maranhão, onde as antigas emissoras (TV Educativa-RJ, TV Nacional e TV Educativa-MA) foram incorporadas para formar a rede pública de comunicação. A restrita cobertura geográfica representa uma contradição em relação ao princípio que deve nortear o serviço público que é atender indistintamente a todos os cidadãos, conforme defendem a Associação pelos Direitos Civis (ADC) e Associação de Jornalistas (CELS),

“A função dos meios públicos em um sistema democrático não se limita a representar uma pluralidade de vozes, mas também é essencial conseguir que uma maior quantidade possível de pessoas tenham acesso a sua programação [...]. Deste modo, deve se procurar que todo cidadão receba a programação dos meios públicos independentemente da sua situação econômica e de seu lugar de residência (ADC; CELS, 2006, p.79).”

A multiplicidade de vozes como característica do serviço que deve ser perseguido pelo projeto de comunicação pública; no entanto, sem ampliar quantitativamente a estrutura para atingir a maior gama da população, a proposta falha também no primeiro aspecto. A opção do governo federal no ato de constituição da EBC/TV Brasil de operar em rede com emissoras afiliadas não constituiria um problema ou poderia até ser um modelo de sucesso se não fosse a complexidade do cenário das TVs Educativas. Essas emissoras, na sua maioria, foram constituídas no final da década de 1990 e distribuídas às fundações sem fins lucrativos, que majoritariamente estão vinculadas a grupos políticos, religiosos ou empresariais. Diante dessa herança e, pior ainda, da ausência de ações governamentais de fiscalização e atualização do defasado marco regulatório, como contar com a afiliação voluntária de concessionários que atuam praticamente de acordo com as próprias regras?

Apesar dessa constatação, o ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Franklin Martins, que coordenou o projeto de implantação da TV Brasil, faz avaliação bastante distinta. Segundo ele,

“Algo importante que a TV Brasil fez, foi não sair montando TVs em cada um dos Estados. Ela [emissora] partiu do princípio de que existe um quadro confuso, heterogêneo, em alguns lugares as emissoras locais eram mais públicas em outras mais estatais, mas que valia a pena um esforço de discussão, negociação, publicizar esse campo [campo público]. Foi muito bem-sucedido [a iniciativa]. Hoje [2011] são 23 TVs estaduais. E a grade tem que ter espaço para programação local, programação regional e nacional. Avançou muito, mais do que imaginava num primeiro momento que avançaria (MARTINS, 2011) (grifo da autora).”

2 TV pública é o canal. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/qtv201199.htm>

3 Com a fusão da TV Educativa do Rio de Janeiro para formar a TV Brasil em 2007, a TV Cultura de São Paulo passou a ser a mais antiga televisão pública com estrutura de rede nacional.

4 Informações disponíveis no site da emissora: <http://www2.tvcultura.com.br/fpa/institucional/informacoestecnicas.aspx>

5 Emissora conquista espaço na rede pública. Disponível em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=4586](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4586)

6 Tradução livre feita pela autora.

7 Franklin Martins proferiu palestra na aula inaugural no Instituto de Comunicação e Arte (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 15 de março de 2011. Ele assumiu a secretaria de Comunicação Social do governo Lula no início de 2007 para coordenar o projeto de implantação da EBC/TV Brasil.

Outra questão colocada por Martins refere-se ao avanço da rede, que entrou no ar em dezembro de 2007, com disponibilidade do sinal para apenas três Unidades da Federação, o que pode indicar uma certa dificuldade do governo em estimular as educativas a se incorporarem à rede que estava surgindo, tendo em vista que houve quatro anos do primeiro mandato para elaborar o projeto da TV Brasil. Considerar um grande avanço o sinal chegar a algumas capitais/regiões metropolitanas é superdimensionar a ampliação da rede, que na maioria dos estados cobre apenas a região metropolitana das referidas capitais.

Afinal o que impede a ampliação da cobertura com base na afiliação das emissoras educativas? Além dos fatores subjetivos, como a divergência político-ideológica dos concessionários educativos que veem a TV Brasil como emissora vinculada ao governo petista, outros elementos concretos não foram observados na medida em que se propôs formar uma cadeia televisiva alicerçada nas TVs Educativas. O principal deles é que a União somente poderá firmar convênio com empresas ou instituições mediante a regularidade fiscal e previdenciária, conforme explica Coelho (2012): “Fechamos acordo [contrato de afiliação] mediante o mínimo de segurança, como por exemplo a apresentação das negativas do FGTS e da Previdência Social. Ou seja, tem que estar legal, e a maioria não está”.

O governo brasileiro ignorou os aspectos acima apontados ao elaborar o projeto de rede apoiado nas TVs Educativas. Em relação à situação acima mencionada, cabe o questionamento de Costa (1986): se de fato o projeto de comunicação pública nasceu e/ou tem sido desenvolvido com a intenção se constituir como autêntico serviço público. Nesse sentido, compartilho com o posicionamento de Dênis de Moraes ao sublinhar que: “a inércia do governo Lula nos seus dois mandatos em relação ao sistema de comunicação foi de tal maneira evidente, transparente, que a criação da TV Brasil era quase que realmente uma resposta capenga às críticas de que não fazia nada” (MORAES, 2011)<sup>8</sup>.

A maior debilidade na constituição e na prática da TV Brasil fere um dos preceitos mais básicos do serviço público que é garantir o acesso universal, deixado para ser solucionado a posteriori. No início de 2013, meia década depois da constituição da EBC/TV Brasil, a emissora ainda não conseguiu levar seu sinal gratuito a todo o

território nacional. Houve avanços na cobertura do sinal em relação ao seu primeiro ano de funcionamento, quando chegava a menos de 1% das cidades brasileiras, contudo ainda está distante da universalidade. Segundo dados oficiais, o sinal aberto da emissora está disponível para 100 milhões de brasileiros (COELHO, 2012).<sup>10</sup> Essa estimativa pode ter sido superestimada tendo em vista que a maior parte das 21 geradoras estaduais possuem cobertura restrita praticamente à região metropolitana. São raras as emissoras, a exemplo da Rede Minas, TVEs da Bahia e do Rio Grande do Sul, que possuem uma cobertura significativa que corresponde a mais que 60% do território do respectivo Estado.

Em junho de 2013, a estrutura estava organizada da seguinte forma: 1) quatro emissoras próprias: Maranhão, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo; 2) retransmissores em seis localidades (Cabo Frio, Campos dos Goytacazes e Macaé, no Rio de Janeiro; Belo Horizonte e Juiz de Fora, em Minas Gerais; e Tabatinga, no Amazonas); e 3) rede de afiliadas formada por 21 geradoras estaduais e 13 TVs Educativas, das quais dez estão localizadas no estado de São Paulo.

Estão ausentes dois estados da região Norte: Amapá e Rondônia, que não recebem nem mesmo parcialmente o sinal da TV Brasil<sup>11</sup>. Outra característica destacada é a complexidade do vínculo institucional das emissoras integrantes da rede. Entre as 21 geradoras educativas estaduais, sete estão vinculadas às universidades públicas, 13 aos governos estaduais e a RedeSAT de Tocantins possui vínculo duplo (governo estadual e universidade pública).

A variação é ainda mais expressiva no meio das quais denomino como “educativas diversas”. Adoto a tipologia criada por mim em 2010 ao pesquisar sobre os concessionários educativos em Santa Catarina<sup>12</sup>. Contudo será preciso fazer uma adaptação de algumas categorias e a criação de novas por se tratar de um contexto mais amplo de investigação. Para definir a tipologia, pesquisei no site da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) o quadro societário da fundação concessionária do canal educativo, e, com base nessa informação, identifiquei o grupo social que requereu a concessão. É necessário frisar que se trata de uma classificação que possui uma intenção didática, não querendo apontar para a existência de grupos puros. Um tipo ideal, não uma forma pura na realidade, trata-se de uma

construção teórica construída a partir de uma intensificação de alguns aspectos da realidade (WEBER, 1991), isto é, uma ou algumas características de um grupo podem estar presentes em outro grupo, embora não sejam predominantes. É a característica predominante que tipifica o grupo.

A ênfase, em minha avaliação, recai sobre o grupo social dos concessionários fundamentado na pesquisa realizada no mestrado, que evidencia a estreita relação entre estrutura e conteúdo. Já para Teresa Ottoni (2012, p. 33), o estatuto jurídico-institucional seria a peça-chave, porque segundo ela: “Nele se inscreve a natureza da organização, suas relações com o governo, sua forma de gestão e financiamento, administração e prestação de contas, além da sempre polêmica e delicada questão da forma de indicação e demissão de seus dirigentes”. Reconheço a relevância do formato jurídico-institucional, porém não é o suficiente para definir o modelo de gestão<sup>13</sup>. A agência do grupo social concessionário acaba refletindo as características do referido grupo, reforçando o que afirma McQuail (1992) sobre a artificialidade de manter a distinção entre estrutura e conteúdo.

Retornando a tipologia adotada, primeiro visualizam-se dois grupos, as Geradoras Estaduais e as Educativas Diversas, conforme apresento abaixo.

**1) Geradoras Estaduais:** grupo constituído por 21 canais educativos que se assemelham geograficamente; todas as emissoras estão localizadas nas capitais. Outra característica que as unifica é o vínculo com os estados ou a União. Para esse grupo criamos a seguinte subdivisão (conforme tabela 1).

**1.1 Educativas Universitárias** – são sete as emissoras vinculadas às universidades públicas federais. Podem pertencer à estrutura da universidade ou serem constituídas como fundação sem fins lucrativos de direito privado. Neste caso é uma organização externa à universidade, o que implica o não recebimento de dotação orçamentária. As universidades acabam repassando algum recurso por meio de prestação de serviços. A RedeSat, conforme já mencionado, possui vínculo com a universidade e governo estadual.

**1.2 Educativas Estaduais** - é o maior subgrupo entre as geradoras estaduais, formado por 13 emissoras<sup>14</sup>, ligadas às es-

8 Entrevista concedida à autora em 17 de julho de 2011.

9 Segundo matéria pública no “Estado de São Paulo” em novembro de 2008, o sinal da TV Brasil chegava a 52 dos 5.564 municípios brasileiros (TOSTA, 2008).

10 Entrevista concedida à autora em 15/08/2012.

11 Em Rondônia não há TV Educativa, no Amapá a concessionária educativa é a Fundação Semeiar, presidida pelo ex-deputado estadual Jefri Braga Hyppolyte.

12 Pesquisa realizada entre 2008 e 2009 que resultou na dissertação intitulada “TVs Educativas catarinenses: relações entre política, mercado e sociedade civil”. No trabalho foram identificados quatro grupos concessionários: 1) Educativo Educacional – ligados a universidades públicas ou privadas; 2) Educativa Política – vinculados a grupos políticos; 3) Educativa Empresarial – canais que pertencem a empreendedores, e 4) Educativa Religiosa – pertencentes a grupos religiosos. Disponível em: [http://www.bdtndc.uff.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3789](http://www.bdtndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3789)

13 A TV Educativa de São Paulo não sofreu mudanças no seu modelo jurídico-institucional, contudo isso não foi o bastante para manter o modelo de gestão que a qualificava como um modelo de televisão pública, tendo em vista as crises constantes que a emissora vem atravessando na última década.

14 A RedeSat possui duplo vínculo com a universidade e com o governo estadual.

truturas dos governos estaduais. Podem estar vinculadas diretamente a algum órgão, ser uma empresa/autarquia dos estados ou ainda instituídas como fundação de direito privado ou público. QUADRO 4

**2) Educativas Diversas:** este grupo é bastante heterogêneo e constituído por 13 fundações sem fins lucrativos de direito privado, das quais 11 emissoras estão localizadas no interior de São Paulo e pertencem a grupos sociais diferenciados, conforme a subdivisão abaixo (ver tabela 2).

**2.1 Educativa Filantrópica/Religiosa** – neste subgrupo está a TV Reeducar da Fundação José Paiva Netto, presidente da Legião da Boa Vontade (LBV).

**2.2 Educativa Política** – as emissoras pertencem a fundações cujos sócios ou fundadores possuem vínculo político partidário. A TV Serrana (Botucatu), da Fundação Augusto Lanhoso Lima, está em nome do vereador do PTB, que disputou a última eleição como “Lanhoso da TV Serrana”. A TV Cidade de Ibitinga pertence ao Centro de Rádio e TV de Ibitinga e tem como diretor Roosevelt Antônio de Rosa, ex-vereador e ex-prefeito da cidade pelo PMDB. A TV Vale do Mogi Guaçu tem entre seus sócios Elias Fernandes Carvalho, vereador pelo PPS e Walter Caveanha (PTB), eleito prefeito em 2012. Ainda insere-se nesse subgrupo a STZ TV (Sertãozinho) da Fundação Cultural e Educacional de Sertãozinho<sup>15</sup>, presidida por Eduardo Leoni (PSDB).

**2.3 Educativa Municipal** – a TVE São Carlos é a única emissora afiliada que possui vínculo com a administração municipal por meio da Fundação Educacional São Carlos.

**2.4 Educativa Empresarial** - TV Thathi de Ribeirão Preto (Fundação Rádio e TV Educativa COC), propriedade do empresário do setor educacional Chaim Zaher; a ARTV de Araranguá/SC (Fundação Atáides Redivo), e completa o grupo a TV Beltrão (Fundação TV Beltrão, localizada em Francisco Beltrão/PR).

**2.5 Educativa Universitária Privada** – aqui se encontram a TV Unifev, da Fundação Rádio Educativa de Votuporanga, que pertence ao Centro Universitário de Votuporanga, e a TV Paulista da Fundação Anhanguera.

**2.6 Educativa Sindical** – TVT (TV dos Trabalhadores) essa é a mais recente emissora entre as afiliadas, que entrou

em funcionamento em agosto de 2010. A concessão pertence à Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho, entidade mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. QUADRO 5

Como se pode observar, a maior parte das afiliadas são “geradoras estaduais”, em um total de 21, e apenas 13 “educativas diversas” estão associadas à TV Brasil; restando outras 103 emissoras que, por alguma razão, não complementam a rede nacional de comunicação pública. Entre as “educativas diversas”, 11 estão no Estado de São Paulo, uma em Santa Catarina e outra no Paraná. Nesse grupo, destacam-se quantitativamente aquelas que possuem vínculos com fundações criadas por empresários e políticos.

Chama a atenção o fato de a EBC/TV Brasil, na tentativa de construir a rede, associar-se a emissoras que publicamente não cumprem os princípios da radiodifusão pública. Inclui duas delas: a TV Thathi (Ribeirão Preto) e STZ TV (Ribeirão Preto) sofreram ação do Ministério Público Federal pelo uso indevido dos canais<sup>16</sup>. Outro exemplo é a TV Reeducar (São José dos Campos) de José Paiva Netto, dirigente da Legião da Boa Vontade, que mantém uma programação focada em seus interesses religiosos.

A situação serve para ilustrar que a afiliação tem sido feita sem a observação dos critérios que regem a própria EBC. Ao associar-se a essas emissoras, a TV Brasil está sendo conivente com o uso indevido das concessões, bem como contribuindo para manutenção do quadro caótico das TVs Educativas, além de, em meu entender, aumentar a desconfiança social diante do serviço público de comunicação. O superintendente de rede, Marco Antônio Coelho, tenta explicar a situação:

“O associado tem que respeitar os preceitos constitucionais e as mesmas regras que nós, a EBC. A culpa [pelo desvio] não é muito dos concessionários, eles sobreviveram até hoje. O Minicom e a Anatel não fizeram nada. Tentamos fazer uma seletividade, mas o cenário é complicado. O Paiva Netto, por exemplo, não insere apoio institucional de bebida ou publicidade. Quem me deu esse direito de julgar o que é bom ou ruim? Como vou chegar [sinal da TV Brasil] ao Vale do Paraíba/SP. O que é melhor ele [Fundação José Paiva Netto-TV Reeducar] ou a Canção Nova? (COELHO, 2012).”

A fala de Coelho demonstra a falta de sincronismo entre Anatel, Minicom e TV

Brasil – que talvez seja reflexo da falta de uma política de comunicação que defina o papel de cada um deles na gestão da comunicação. Independentemente das críticas feitas por Coelho, isso não exime esses órgãos e ele mesmo das suas responsabilidades. Depois de cinco anos de mandato, o governo Lula, como idealizador do projeto, deveria ter conhecimento dessa situação ao criar a EBC, portanto falhou ao não prever nenhuma medida alternativa que pudesse assegurar a universalidade do serviço e evitasse, dessa forma, que convênios de afiliação fossem firmados com quaisquer emissoras para ampliar a cobertura do sinal. A opção talvez fosse um modelo complementar que contasse com afiliadas e instalação de antenas retransmissoras, ou mesmo emissoras próprias em várias regiões para produção de conteúdo local.

A vulnerabilidade da rede também ocorre no tocante às “geradoras estaduais” vinculadas às administrações estaduais, suscetíveis ao comando político dos governadores, que de acordo com a sua afiliação partidária (se faz parte da base aliada do governo federal ou se está na oposição) pode alterar a configuração da rede pública. Isso implica a fragilidade da rede pública que, a cada processo eleitoral, pode ter a cobertura reduzida ou ampliada, fato registrado após a primeira eleição ocorrida desde a implantação da TV Brasil, com a posse de novos governadores, em janeiro de 2011.

A título de exemplo cabe citar o Estado do Paraná, que enquanto tinha como governador Roberto Requião, do PMDB, partido da base aliada, a TVE PR<sup>17</sup> transmitia a programação da TV Brasil. No entanto, com a posse de Beto Richa (PSDB - partido de oposição), já no início da gestão, houve alteração, e a cabeça-de-rede passou a ser a TV Cultura de São Paulo – vinculada ao governo de São Paulo, sob o comando de Geraldo Alckmin (PSDB). O contrário ocorreu no Rio Grande do Sul, com a ex-governadora Yeda Crusius (PSDB): a TV Brasil não era retransmitida pela TVE-RS. O cenário foi alterado com a eleição do petista Tarso Genro. Os dois exemplos acima contribuem para inferir a fragilidade da constituição da rede da TV Brasil e o quanto o sistema público pode oscilar de acordo com os resultados eleitorais. Por outro lado, a troca repentina de programação pelos estados não considera os cidadãos, que estão à mercê das preferências políticas dos seus governadores.

### Considerações finais

Diante do complexo cenário apresentado, a construção da rede nacional de comunicação pública representa um enorme desafio à gestão da EBC. Apesar

<sup>15</sup> No site da Anatel o concessionário aparece como a Fundação Cultural e Educacional de Sertãozinho, porém no site da emissora consta como Fundação Cultural e Educacional Eduardo Toniello. Disponível em: <http://www.stztv.org.br/institucional.php>

<sup>16</sup> BRAMBILLA, Marcos. MPF pede cassação de quatro concessões de TVs educativas. Disponível em: [http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=2444](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2444)

<sup>17</sup> O nome fantasia em 2011 foi alterado para EPR.

de firmados acordos de afiliação, sem a adoção de critérios muito rígidos, as respectivas parcerias resultaram em uma afiliação inferior a 25%. Do total das 137 TVs Educativas em atividade no país, somente 34 integram a rede. Se a situação vista de uma perspectiva geral parece grave, o quadro piora ao ser comparado com penetração da TV Brasil, por região.

O processo de constituição da rede sofre mais resistência em algumas áreas. As regiões brasileiras com menor quantidade de concessões educativas aparecem com maior porcentual de afiliação, como

são os casos da região Norte, que possui seis TVs Educativas e cinco delas (83,3%) integram a rede; Centro-Oeste com 12 emissoras e três afiliadas (25%); Nordeste com 24 e nove afiliadas (37,5%). Do lado apostado vem a região Sudeste onde se concentra a maioria desses canais; são 67 e, desses, 13 estão associados, representando 19,5%. O menor índice de afiliação ocorre na região Sul, que detém o segundo lugar na quantidade de TVs Educativas, são 28 em funcionamento, entretanto proporcionalmente é a área do país com o menor índice de afiliação, são me-

ramente quatro (14,3%) dos concessionários educativos da região que integram a rede pública de comunicação.

A fragilidade da legislação permite que emissoras privadas acabem utilizando da estrutura pública, das TV Educativas, para ampliar suas redes. Na Região Sul, por exemplo, grupos privados como Canal Futura (Organizações Globo); Rede Século 21 (rede católica), SESC TV (empresariado do comércio); Rede Mercosul (rede comercial ligada a políticos paranaenses), utilizam dessa estrutura para expandir o sinal na região.

#### QUADRO 4: GERADORAS ESTADUAIS

Emissora	Fundação	Cidade/Estado	Tipologia
TV Aldeia	Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas	Rio Branco/AC	Estadual
TV Cultura AM	Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas	Manaus/AM	Estadual
TVE AL	Instituto Zumbi dos Palmares	Maceió/AL	Estadual
TVE BA	Instituto de Radiodifusão Pública da Bahia	Salvador/BA	Estadual
TV Ceará	Fundação de Teleducação do Ceará	Fortaleza/CE	Estadual
TVE ES	Centro Cultural Carmélia N. Souza	Vitória/ES	Estadual
TV UFG	Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural	Goiânia/GO	Universitária
Rede Minas	Integra diretamente a estrutura governamental	Belo Horizonte/MG	Estadual
Canal Brasil Pantanal	Fundação Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão	Campo Grande/MS	Estadual
TVU MT	Órgão	Cuiabá/MT	Universitária
TV Cultura PA	Fundação de Telecomunicações do Pará	Belém/PA	Estadual
TVU PB	Fundação Virgínius da Gama e Melo	João Pessoa/PB	Universitária
TVU PE	Estrutura	Recife/PE	Educativa Universitária
TVE PE	Estrutura	Recife/PE	Estadual
TV Antares	Fundação Antares Rádio e Televisão Educativa do Piauí	Teresina/PI	Estadual
TVU RN	Estrutura	Natal/RN	Universitária
TVU RR	Estrutura	Boa Vista/RR	Universitária
TVE-RS	Fundação Cultural Piratini	Porto Alegre/RS	Estadual
UFSC TV	Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis/SC	Universitária
TV Aperipê	Fundação Aperipê de Sergipe	Aracaju/SE	Estadual
RedeSat	Fundação Universidade de Tocantins	Palmas/TO	Estadual/ Universitária

Fonte: Pesquisa feita no site da TV Brasil

#### QUADRO 05: EDUCATIVAS DIVERSAS

Emissora	Fundação	Cidade/Estado	Vínculo
TV Reeducar	Fundação José Paiva Netto	São José dos Campos/SP	Filantrópica Política Religiosa
TV Serrana	Fundação Lanhoso de Lima	Botucatu/SP	Política
TV Vale do Mogi Guaçu	Rádio e TV Mogi Guaçu	Mogi Guaçu/SP	Política
TV Ibitinga	Centro Paulista de Rádio e TV de Ibitinga	Ibitinga/SP	Política
STZ TV	Fundação Cultural e Educacional de Sertãozinho	Sertãozinho/SP	Política
TVE São Carlos	Fundação Educacional São Carlos	São Carlos/SP	Municipal
TV Thathi	Fundação Rádio e TV Educativa COC	Ribeirão Preto/SP	Empresarial
TV Beltrão	Fundação TV Beltrão	Francisco Beltrão/PR	Empresarial
ART TV	Fundação Ângelo Redivo	Araranguá/SC	Empresarial
TV Unifev	Fundação Rádio Educativa de Votuporanga	Votuporanga/SP	Universitária Privada
TV Paulista	Fundação Anhanguera	Jundiaí/SP	Universitária Privada
TV dos Trabalhadores	Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho	Mogi das Cruzes/SP	Sindical
TV Tupi Paulista	Associação Gaivota de Teleducação	Tupi Paulista/SP	*

\* Retransmissora que ainda está em processo, por isso não foi possível encontrar informações para tipificar o vínculo.

## REFERÊNCIAS:

- ADC. Uma radiodifusión pública para la democracia. In: MO-RENO, Rosa María (ed). De lo estatal a lo público. Medios: ¿de quién y para qué? Lima: ACS, 2006. (p. 55-88)
- COELHO, Marco Antonio. Entrevista concedida a Ivonete da Silva Lopes. Brasília, ago. 2012.
- CRUVINEL, Tereza. 4 anos de um ideal democrático: EBC – Empresa Brasil de Comunicação. Brasília, 2011.
- FRADKIN, Alexandre. Histórico da TV Pública/Educativa no Brasil. In: CARMONA, Beth. O desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro. TVE RJ, 2008.
- MARTINS, Franklin. Aula inaugural IACS/UFF. Niterói, 15/03/2011.
- MCQUAIL, Denis. La acción de los medios de comunicación y el interés público. Londres: Sage, 1992.
- MORAES, Dênis de. Entrevista concedida a Ivonete da Silva Lopes. 17/07/ 2011).
- OTONDO, Tereza. Televisão pública. Para quem e para quê? São Paulo: Anablume, 2012.
- PASQUALI, Antonio. El orden reina. Escritos sobre comunicaciones. Caracas: Monte Avila, 1991.
- PRIOLLI, Gabriel. TV Pública é o canal. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/qtv201199.htm> Acesso em: 3 mar.2012.
- SANTOS, Suzy. Uma convergência divergente: a centralidade da TV aberta no setor audiovisual brasileiro. Tese [Doutorado em Comunicação]. Salvador, UFBA, 2004.
- TV BRASIL. Como sintonizar. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/comosintonizar/>. Acesso em: 10 jun.2013.
- VALENTE, Jonas. TV pública no Brasil – a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. Dissertação [Mestrado em Comunicação]. Brasília: UnB, 2009.
- WEBER, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.